

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Maternidade e permanência no ensino superior: coletivos materno-universitários e a produção de pertencimento em universidades brasileiras

Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17769>

Submetido em: 2026-08-31

Postado em: 2026-09-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MATERNIDADE E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: COLETIVOS MATERNO-UNIVERSITÁRIOS E A PRODUÇÃO DE PERTENCIMENTO EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

AUTORA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5956-0157>

[<ivanamourassg1@gmail.com.br>](mailto:ivanamourassg1@gmail.com.br)

Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Nas últimas décadas, a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro incorporou grupos historicamente excluídos, entre eles mulheres de diferentes origens sociais e raciais (Heringer; Carreira, 2023). Entretanto, a democratização do acesso não foi acompanhada pela democratização das condições de permanência. Entre as estudantes que vivenciam de forma mais intensa essa contradição estão as mães universitárias, frequentemente submetidas à ausência de políticas institucionais adequadas, insuficiência de infraestrutura de cuidado e recorrentes formas de violência simbólica (Moura, 2024; 2026). Partindo dessa problemática, o artigo investiga como os coletivos materno-universitários emergem como resposta às desigualdades institucionais enfrentadas por mães estudantes. Argumenta-se que esses coletivos constituem espaços de apoio, reconhecimento, pertencimento e saber universitário, atuando diante das limitações das políticas de permanência e dos obstáculos encontrados por mães universitárias.

Palavras-chave: maternidade universitária, permanência estudantil, pertencimento, desigualdades educacionais, coletivos materno-universitários.

MOTHERHOOD AND PERSISTENCE IN HIGHER EDUCATION: MOTHER-STUDENT COLLECTIVES AND THE PRODUCTION OF BELONGING IN BRAZILIAN

ABSTRACT: In recent decades, the expansion of access to Brazilian higher education has brought historically excluded groups into universities, including women from diverse social and racial backgrounds (Heringer; Carreira, 2023). However, the democratization of access has not been accompanied by the democratization of conditions for remaining in higher education. Student mothers are among those who experience this contradiction most intensely, frequently facing a lack of adequate institutional policies, insufficient care infrastructure, and recurring forms of symbolic violence (Moura, 2024; 2026). Against this backdrop, this article investigates how mother-student collectives emerge as a response to the institutional inequalities faced by student mothers. It argues that these collectives constitute spaces of support, recognition, belonging, and knowledge about university life, operating in the face of limitations in student retention policies and the obstacles encountered by student mothers.

Keywords: student motherhood, student persistence, belonging, educational inequalities, mother-student collectives.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ensino superior brasileiro passou por um processo de expansão e diversificação de seu corpo discente. Políticas de ampliação do acesso e ações afirmativas contribuíram para o ingresso de grupos historicamente sub-representados, modificando a composição social das universidades (Heringer; Carreira, 2023). Entretanto, a ampliação das possibilidades de ingresso não eliminou as desigualdades que atravessam as trajetórias universitárias. Se a ampliação do acesso deslocou parte das fronteiras de entrada no ensino superior, as condições de permanência evidenciam desigualdades que continuam sendo produzidas e reproduzidas no interior das instituições.

É nesse intervalo entre ingressar e permanecer que se situa a questão discutida neste artigo. A matrícula não significa, por si só, integração à vida universitária. Permanecer envolve condições materiais, mas também a possibilidade de compreender códigos institucionais, participar dos espaços acadêmicos, construir vínculos e reconhecer-se como parte legítima da universidade. A formulação de Coulon (2008) sobre afiliação contribui para essa discussão ao compreender a entrada na universidade como um processo de aprendizagem do “ofício de estudante”, que envolve apropriar-se de regras, linguagens e práticas próprias daquele universo. Para além do domínio desses códigos, o pertencimento constitui uma dimensão importante da experiência universitária e das condições de permanência. Reconhecer-se e ser reconhecido como parte legítima da universidade envolve vínculos e formas de participação que não decorrem automaticamente do ingresso ou da manutenção da matrícula. Como demonstra Moura (2024), é possível permanecer formalmente na instituição e avançar academicamente sem que isso corresponda à construção de um sentimento de pertencimento, ou seja, da aquisição do status de “estudante profissional”.

As condições para realizar esse processo, contudo, não são igualmente distribuídas. Essa questão torna-se particularmente relevante quando observamos as trajetórias de mães universitárias. As responsabilidades de cuidado introduzem necessidades e temporalidades que frequentemente entram em conflito com uma organização acadêmica fundada na expectativa de disponibilidade para os estudos. Pesquisas sobre maternidade no ensino superior têm evidenciado dificuldades relacionadas à ausência ou insuficiência de políticas institucionais, infraestrutura de cuidado, participação em atividades acadêmicas e diferentes formas de violência simbólica (Abreu, 2021;2025; Silva, 2024; Moura, 2024; 2026). A maternidade permite, nesse sentido, observar condições institucionais que distribuem desigualmente as possibilidades de permanecer e pertencer à universidade.

Em pesquisa realizada com oito mães estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Moura (2024) observou que essas barreiras não resultavam necessariamente em evasão ou fracasso

acadêmico, mas podiam produzir formas precárias ou localizadas de pertencimento. Em diálogo com a categoria de afiliação de Coulon (2008) e com as ponderações de Mendes (2020), foram propostas as categorias de não afiliação e afiliação parcial. A primeira procura compreender situações marcadas por estranhamento, invisibilidade e não pertencimento, nas quais barreiras institucionais e simbólicas dificultam a integração à vida acadêmica sem necessariamente produzir abandono. A segunda descreve situações em que o pertencimento não se estende à universidade como um todo, mas é construído em determinados espaços e relações.

É nessa última dimensão que os coletivos materno-universitários (CMUs) ganham centralidade. Os relatos analisados por Moura (2024) mostraram que, enquanto algumas estudantes descreviam a universidade como espaço violento, de inadequação e não pertencimento, o encontro com outras mães em grupos, projetos e coletivos maternos possibilitava experiências de acolhimento, reconhecimento e construção de vínculos. Para algumas delas, a participação nessas redes contribuiu inclusive para a continuidade da trajetória acadêmica e o aprendizado/aquisição dos códigos acadêmicos. Os dados indicam, portanto, uma experiência que interessa particularmente a este artigo, pois explicita como mães universitárias podem construir pertencimento em determinados espaços universitários sem que esse sentimento se estenda à instituição em sua totalidade.

A investigação posterior sobre os coletivos materno-universitários no Brasil, realizada por Moura (2026), amplia essa questão. O mapeamento nacional e a observação das formas de organização dos CMUs entre 2010 e 2025 evidenciaram que esses grupos constitui algo que vai além da solidariedade entre mães universitárias. Em diferentes instituições, os CMUs aparecem associados à construção de redes de apoio, mas também a circulação de informações, produção de conhecimento, formulação de demandas e reivindicação de condições de permanência.

Partindo desses resultados, o artigo investiga como os coletivos materno-universitários emergem como resposta às desigualdades institucionais enfrentadas por mães estudantes. O objetivo não é retomar integralmente a análise dos CMUs enquanto movimento social desenvolvida por Moura (2026), mas examinar uma dimensão específica revelada pelas duas pesquisas: sua participação na construção de condições de pertencimento e permanência no ensino superior.

Argumenta-se que os coletivos materno-universitários constituem espaços de apoio, reconhecimento, pertencimento e saber universitário, atuando diante das limitações das políticas de permanência e dos obstáculos institucionais encontrados pelas mães estudantes. Interessa discutir, especialmente, como experiências compartilhadas nos coletivos possibilitam a construção de vínculos,

a circulação de conhecimentos sobre a universidade e a interpretação coletiva de dificuldades que, isoladamente, podem ser percebidas como problemas individuais.

Metodologicamente, o artigo deriva de pesquisa qualitativa orientada por uma abordagem situada, em diálogo com a noção de conhecimentos localizados de Haraway (1988). Articula pesquisa bibliográfica, netnografia e dados provenientes do mapeamento nacional dos coletivos materno-universitários realizado entre 2010 e 2025 (Moura, 2026). A investigação acompanhou coletivos em ambientes digitais, particularmente Instagram, Facebook e grupos de articulação em WhatsApp. Também são recuperados resultados da pesquisa realizada anteriormente com mães estudantes da UFRJ (Moura, 2024), sobretudo a discussão sobre afiliação, não afiliação e afiliação parcial.

A análise propõe, assim, deslocar o olhar dos supostos déficits individuais das estudantes para as relações entre maternidade, condições institucionais de permanência e produção de pertencimento. Ao observar os CMUs a partir dessa perspectiva, busca-se compreender tanto as desigualdades que atravessam as trajetórias das mães universitárias quanto as respostas coletivas construídas por elas no interior das instituições de ensino superior.

1. DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS DESIGUALDADES DE PERMANÊNCIA

A expansão do ensino superior brasileiro, associada às políticas de ampliação do acesso e às ações afirmativas, possibilitou maior presença de grupos historicamente sub-representados nas universidades. Essa transformação modificou a composição social do corpo discente e ampliou a presença de estudantes com trajetórias, condições de vida e demandas distintas daquelas tradicionalmente reconhecidas pelas instituições (Heringer; Carreira, 2023). A diversificação do acesso, entretanto, não eliminou as desigualdades educacionais. Ao contrário, tornou mais evidente que o ingresso constitui apenas uma dimensão da democratização do ensino superior.

A permanência desloca a análise para aquilo que acontece depois da entrada e nos provoca a colocar em evidência sobre as condições materiais de continuidade dos estudos, as possibilidades de participação na vida acadêmica, o acesso às políticas institucionais e a construção de vínculos e pertencimento. Nesse sentido, a inclusão formal não significa necessariamente integração plena à instituição. A formulação de Bourdieu e Champagne (2001) sobre os “excluídos do interior” contribui para compreender essa contradição ao demonstrar que a ampliação das oportunidades educacionais não elimina os mecanismos de diferenciação que operam no interior do próprio sistema de ensino. Assim, estar formalmente incluído não impede que estudantes experimentem posições desiguais dentro da instituição.

No cenário da pós-graduação, Abreu (2025) chama atenção para a presença de “novos sujeitos”, cuja chegada a esse nível de ensino também expressa os efeitos da ampliação e diversificação do acesso à universidade. Entre eles estão estudantes de “primeira geração na pós-graduação”, compreendidos e conceituado por Abreu (2025) como o grupo identificado por inaugurar, em suas famílias, a trajetória de conclusão da graduação e ingresso na pós-graduação *stricto sensu*.

O ingresso de “novos sujeitos na pós-graduação” *stricto sensu* representa uma vitória histórica e uma dupla ruptura com as barreiras estruturais de acesso e com a trajetória de exclusão educacional de suas famílias. No entanto, Abreu (2025) conceitua que alcançar esse espaço não significa a superação das desigualdades sociais que atravessaram as vidas desses discentes, visto que a trajetória da primeira geração se revela como um contínuo de desigualdades adaptado à nova escala do ambiente acadêmico. Por não disporem dos capitais culturais, simbólicos e sociais herdados que o campo universitário de prestígio tradicionalmente exige, esses estudantes enfrentam uma persistente vulnerabilidade material, acentuada pela histórica ausência de políticas públicas amplas de assistência estudantil voltadas para a pós-graduação. Esse cenário é profundamente agravado no caso das estudantes-mães de primeira geração, nas quais a maternidade atua como um marcador estruturante que as penaliza diante de um modelo acadêmico rigidamente meritocrático e produtivista, o qual desconsidera as exigências do cuidado e restringe o tempo de dedicação à pesquisa. Sem condições materiais e institucionais que garantam o suporte necessário, essas mulheres acabam vivenciando a chamada “afiliação parcial” (Moura, 2024), evidenciando que a ascensão acadêmica não anula a persistência de vulnerabilidades sociais, econômicas e de gênero dentro da instituição.

Essa perspectiva permite questionar análises que tomam a matrícula ou mesmo a continuidade no curso como indicadores suficientes de inclusão educacional. O problema passa a envolver também as condições sob as quais diferentes estudantes permanecem, participam e constroem pertencimento no espaço universitário. É nessa dimensão que a noção de afiliação, formulada por Coulon (2008), oferece uma contribuição importante.

Para Coulon (2008), a entrada na universidade implica um processo de aprendizagem por meio do qual o estudante precisa tornar-se membro daquele novo universo social. Essa passagem envolve aprender regras, linguagens e práticas que constituem o “ofício de estudante”. A afiliação corresponde ao momento em que o estudante consegue interpretar esses códigos e movimentar-se com maior familiaridade no espaço acadêmico. A experiência universitária, portanto, não se reduz à aquisição formal do vínculo institucional, mas envolve um processo de socialização e construção de pertencimento.

As condições para realizar esse processo, contudo, não são igualmente distribuídas. Mendes (2020), ao problematizar a aplicação do conceito de Coulon à permanência estudantil, nos alerta para o risco de atribuir ao próprio estudante a responsabilidade por adaptar-se às normas universitárias. A dificuldade de afiliação não pode ser compreendida exclusivamente como incapacidade individual de aprender os códigos da instituição, é necessário considerar também as condições oferecidas pela universidade para que estudantes com diferentes trajetórias e posições sociais consigam participar da vida acadêmica.

Essa problematização é particularmente importante para compreender as trajetórias de mães universitárias. As responsabilidades de cuidado acompanham sua experiência acadêmica e podem entrar em tensão com temporalidades e práticas institucionais que pressupõem ampla disponibilidade para aulas, atividades extraclasse, pesquisa e sociabilidade universitária. Quando essas condições são tratadas como universais, diferenças nas possibilidades de participação podem converter-se em desigualdades.

A literatura sobre maternidade e ensino superior mobilizada nesta pesquisa identifica dificuldades relacionadas à insuficiência de políticas de permanência, infraestrutura de cuidado, conciliação entre atividades acadêmicas e responsabilidades maternas e reconhecimento institucional dessas demandas (Abreu, 2021; 2025; Silva, 2024; Moura, 2024; 2026). Para as autoras tais condições institucionais estão intrinsecamente ligadas a como as mães universitárias constroem suas trajetórias.

Para as mães universitárias, as desigualdades assumem formas concretas no cotidiano acadêmico. Moura (2024; 2026) identifica diferentes instrumentos de opressão que podem ser reunidos em cinco dimensões recorrentes: temporal-acadêmica, relacionada à inflexibilidade de horários e prazos; cuidado e infraestrutura; político-institucional, expressa na insuficiência de políticas específicas; simbólico-relacional, presente em práticas discriminatórias e violências simbólicas; e reconhecimento e pertencimento, marcado pela invisibilização da maternidade no espaço universitário. Essas dimensões se articulam a uma contradição mais ampla: enquanto permanece socialmente submetida ao ideal do “mito do amor materno” e da “maternidade exclusiva” (Badinter, 1985; Moura, 2024), que atribui à mulher a responsabilidade prioritária pelo cuidado, a mãe ingressa em uma universidade organizada em torno de expectativa de disponibilidade acadêmica pouco compatíveis com essas responsabilidades. O problema, portanto, não reside na maternidade em si, mas nas condições institucionais sob as quais mães são chamadas a permanecer e pertencer à universidade.

Os resultados de Moura (2024) mostram que mães podem avançar em suas trajetórias acadêmicas e, simultaneamente, experimentar estranhamento, invisibilidade ou vínculos restritos a determinados espaços da universidade. Essas experiências constituem o ponto de partida para as categorias de não afiliação e afiliação parcial, discutidas na seção seguinte.

2. MATERNIDADE, NÃO PERTENCIMENTO E AFILIAÇÃO PARCIAL

A análise das trajetórias de mães universitárias realizada por Moura (2024) permite avançar sobre uma dimensão da permanência que ultrapassa a continuidade formal dos estudos: é possível permanecer na universidade sem, necessariamente, sentir-se pertencente a ela. Entre as oito mães estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro entrevistadas pela autora, as dificuldades narradas não estavam relacionadas à incapacidade de compreender as regras acadêmicas, acompanhar intelectualmente o curso ou aprender aquilo que Coulon (2008) denomina “ofício de estudante”. Os obstáculos ao pertencimento apareciam, sobretudo, na relação entre a condição materna e a instituição.

Esse deslocamento modifica o lugar atribuído à maternidade na interpretação das trajetórias acadêmicas. Não é a maternidade, em si, que aparece como impedimento à permanência ou à afiliação, mas as condições sob as quais ela é vivida no interior da universidade. Ausência ou insuficiência de infraestrutura, dificuldades de conciliação entre horários e atividades de cuidado, inflexibilidade diante das demandas maternas, restrições à presença de crianças e manifestações de violência simbólica compõem parte dessas experiências (Moura, 2024).

Pesquisas anteriores já identificavam dificuldades semelhantes. Urpia (2009), Urpia e Sampaio (2011), Abreu (2021), Silva (2017; 2020; 2024) e Zago (2021) evidenciam diferentes dimensões das tensões entre maternidade e vida universitária. Esses estudos concordam com os achados de Moura ao revelarem que não se trata apenas de conciliar individualmente os papéis de mãe e estudante, mas da relação entre responsabilidades de cuidado e práticas, temporalidades e estruturas universitárias que pouco incorporam essa dimensão da vida de suas estudantes.

É nesse contexto que a caracterização das mães universitárias como “estudantes não tradicionais”, utilizada por Moura (2024), adquire relevância. Responsabilidades de cuidado interferem na disponibilidade temporal e nas possibilidades de participação acadêmica; quando essas diferenças encontram estruturas pouco flexíveis e forte reprodução de dogmas sociais atrelados ao “mito do Amor materno” e maternidade exclusiva”, podem converter-se em desvantagens a esse grupo de

estudantes, que as tornam “estudantes não tradicionais”, por não atenderem ao “tipo ideal” de aluno desejado pela universidade.

Os relatos de Moura (2024) são particularmente elucidativos porque algumas entrevistadas experimentaram a universidade antes e depois da maternidade. Rita, por exemplo, descreve uma alteração importante em sua relação com o espaço acadêmico: “antes da minha filha nascer, sim, eu me sentia bastante afiliada ao espaço acadêmico [...] depois eu tive um estranhamento enorme. Eu sentia que não pertencia mais àquele local. [...] Eu tive esse retrocesso na compreensão da academia e do lugar que eu ocupava na academia” (Moura, 2024, p. 59-60).

O relato tensiona uma compreensão linear da afiliação. Rita já conhecia os códigos acadêmicos e se reconhecia como pertencente àquele espaço; o estranhamento aparece depois da maternidade. Uma afiliação anteriormente construída, portanto, não se mostra necessariamente permanente quando se alteram as condições sob as quais a estudante participa da instituição.

O depoimento de Saturno evidencia outra dimensão desse processo:

“Foi um espaço opressor quando eu não pude conciliar minha grade horária com a maternidade. Foi um espaço opressor quando não existiu nenhum tipo de suporte para eu e outras mães conseguir deixar os nossos filhos e poder estudar. [...] Quando não permitiu que a minha filha comesse no bandeirão” (MOURA, 2024, p. 63).

Nesse caso, a dificuldade de conciliação aparece diretamente relacionada a normas, estruturas e ausências institucionais. Os resultados da pesquisa mostram, assim, que as entrevistadas não identificavam suas responsabilidades maternas como impedimentos à competência acadêmica, mas apontavam o não reconhecimento de suas especificidades, as violências e as barreiras encontradas na relação com a universidade (Moura, 2024).

É a partir desses resultados que Moura (2024) propõe a categoria de “não afiliação”. Ela não designa uma etapa anterior à afiliação nem uma incapacidade individual de adaptação, mas situações nas quais barreiras institucionais e simbólicas dificultam a construção ou manutenção do pertencimento. A estudante pode permanecer matriculada e avançar academicamente, ao mesmo tempo que experimenta invisibilidade, estranhamento e dificuldade de reconhecer-se e de ser reconhecida como integrante legítima da universidade.

Os resultados, contudo, também mostraram que pertencimento e não pertencimento não se apresentam de forma necessariamente dicotômica. Algumas estudantes construíam vínculos significativos com determinados sujeitos e espaços da universidade sem estendê-los à instituição em sua totalidade. Essa configuração levou Moura (2024) à proposição da categoria de “afiliação parcial”.

A afiliação parcial descreve essas formas situadas de pertencimento. A mãe estudante pode não se reconhecer plenamente integrada à universidade e, simultaneamente, encontrar relações e espaços nos quais sua condição é acolhida e legitimada. Amizades, projetos de extensão, redes de apoio, grupos e coletivos podem produzir reconhecimento em contraste com experiências vividas em outros ambientes acadêmicos, atuando como rede e espaço de reconhecimento dessa sujeita como universitária. A categoria permite, assim, compreender trajetórias nas quais domínio dos códigos acadêmicos, permanência e pertencimento não necessariamente coincidem. A formulação está sustentada justamente nos resultados que identificam pertencimentos construídos em espaços específicos mesmo quando não se estendem à instituição em sua totalidade.

É nesse ponto que os coletivos materno-universitários assumem relevância para a análise. Em Moura (2024), a participação em redes e coletivos aparece associada à construção de vínculos, ao reconhecimento de experiências compartilhadas, aquisição de códigos acadêmicos e ao enfrentamento do isolamento. Em alguns relatos, a inserção nessas redes também contribuiu para enfrentar pensamentos de desistência. O que anteriormente poderia ser percebido como dificuldade individual, de âmbito privado, passa a encontrar uma experiência comum e uma linguagem coletiva.

A pesquisa posterior de Moura (2026) amplia esse achado ao identificar a emergência de coletivos materno-universitários em diferentes instituições brasileiras, associada a problemas recorrentes de permanência, invisibilidade institucional, infraestrutura e reconhecimento da maternidade. Assim, enquanto Moura (2024) permite observar, nas trajetórias individuais, experiências de “não afiliação” e “afiliação parcial”, Moura (2026) possibilita examinar como apoio, reconhecimento, pertencimento e saber universitário passam também a ser produzidos coletivamente.

É sobre essa dimensão que se concentra a seção seguinte: os coletivos materno-universitários como espaços nos quais experiências compartilhadas entre mães se articulam à construção de pertencimento e de estratégias de permanência no ensino superior

3. COLETIVOS MATERNO-UNIVERSITÁRIOS: PERTENCIMENTO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA

Os resultados discutidos na seção anterior mostraram que o pertencimento das mães universitárias pode ser construído de forma situada, em relações e espaços específicos, mesmo quando não se estende à instituição em sua totalidade. A investigação desenvolvida por Moura (2026) permite observar essa questão em outra escala, ao acompanhar a formação e atuação de coletivos materno-universitários (CMUs) em diferentes universidades brasileiras.

O mapeamento realizado entre 2010 e 2025 identificou recorrências nos contextos de formação desses grupos. Apesar das particularidades regionais, institucionais e organizativas, sua emergência aparece relacionada aos mesmos diagnósticos, a problemas de permanência, invisibilidade da maternidade, insuficiência de infraestrutura e políticas específicas e experiências de violência simbólica. Os CMUs constituem-se, nesse contexto, a partir do reconhecimento de condições compartilhadas por mães que vivenciam a universidade a partir de diferentes posições e trajetórias.

Essa aproximação não pressupõe uma experiência materna homogênea. Os coletivos são atravessados por diferenças de raça, classe, território, nível de formação e posição no campo acadêmico, assim como por divergências e disputas entre suas integrantes (Moura, 2026). O que possibilita sua articulação é o reconhecimento de problemas relacionados à presença da maternidade na universidade e a construção de práticas coletivas em torno deles.

Para os propósitos deste artigo, interessam particularmente três dimensões identificadas na atuação desses coletivos: a produção de reconhecimento e pertencimento; a circulação de informações e saberes sobre a universidade; e a construção de estratégias de permanência (Correa, 2026). Essas dimensões aparecem articuladas nas práticas dos CMUs e ajudam a compreender sua relação com as trajetórias das mães estudantes.

3.1 Reconhecimento e pertencimento

A experiência compartilhada constitui uma dimensão central na formação dos coletivos. Dificuldades relacionadas à maternidade, quando vivenciadas isoladamente, podem ser interpretadas como problemas particulares de conciliação entre cuidado e estudos. No encontro com outras mães, experiências semelhantes tornam-se reconhecíveis e podem adquirir outra interpretação.

Esse movimento já aparecia nas trajetórias analisadas por Moura (2024), nas quais redes e coletivos constituíam espaços específicos de acolhimento e pertencimento. A pesquisa posterior mostra que esse reconhecimento também estrutura práticas mais amplas de organização entre mães universitárias (Moura, 2026). Nos coletivos, experiências relacionadas ao cuidado podem ser compartilhadas sem que a maternidade precise ser tratada como elemento exterior à condição de estudante. A tríade Mãe, Mulher e Universitária faz parte de um corpo constitutivo único. Além disso, o reconhecimento entre pares produz, assim, uma forma específica de pertencimento, conforme já discutimos.

Moura (2026) e Correa (2026) vão sinalizar que os ambientes digitais adquiriram importância nesse processo constitutivo dos CMUs. Instagram, Facebook e, especialmente, grupos de WhatsApp ampliaram as possibilidades de encontro e articulação entre mães de diferentes cursos e instituições.

Na pesquisa de Moura (2026), esses ambientes não aparecem apenas como meios de divulgação, mas como espaços nos quais vínculos são construídos, experiências são compartilhadas, práticas coletivas são organizadas e incidência política, tanto em âmbito regional como federal, ocorrem.

Correa (2026) discute como essa reunião dos CMUs no espaço virtual caracteriza o que a autora vai chamar de “ciberativismo materno-feminista”, que reflete em uma organização intencional e articulada de mãe estudantes que possuem diagnósticos semelhantes sobre sua condição e a sua permanência na universidade. Ou seja, ele é construído nas relações estabelecidas entre mulheres que passam a reconhecer determinadas experiências como compartilhadas e a produzir, a partir delas, formas de apoio e organização.

3.2 Circulação de informações e produção de saber universitário

A atuação dos CMUs envolve também a circulação de informações e conhecimentos sobre a própria universidade. Essa dimensão amplia a compreensão dos coletivos para além do apoio emocional e permite aproximá-los de um dos argumentos centrais deste artigo: esses espaços participam da produção e circulação de saber universitário.

Nos ambientes observados por Moura (2026), circulam informações sobre direitos, políticas existentes em diferentes instituições, procedimentos administrativos e formas de encaminhamento de demandas. No grupo de articulação do Coletivo Nacional de Mães na Universidade (CNMU), por exemplo, foram identificados compartilhamentos de modelos de requerimentos, minutas de ofícios, informações sobre políticas de permanência materna e estratégias utilizadas na interlocução com administrações universitárias.

Parte desse material é organizada em arquivos compartilhados, permitindo que experiências desenvolvidas em determinada instituição sejam conhecidas por mães vinculadas a outras universidades. Assim, um procedimento utilizado para reivindicar determinado direito, uma normativa institucional ou uma política já implementada com sucesso pode converter-se em informação mobilizável em outros contextos.

Esse processo é relevante quando retomamos a discussão sobre afiliação. Compreender procedimentos, identificar direitos, conhecer canais institucionais e aprender formas de encaminhar demandas são também maneiras de aprender a movimentar-se pela universidade. Parte desse conhecimento passa a circular horizontalmente entre mães estudantes coletivizadas, por meio das redes que constroem.

A expressão “saber universitário”, portanto, não se refere aqui apenas ao conhecimento acadêmico formal. Designa também conhecimentos produzidos e compartilhados a partir da

experiência de ocupar a instituição: compreender seu funcionamento, interpretar normas, conhecer políticas, identificar possibilidades de ação e reconhecer como determinadas situações vividas individualmente se relacionam com práticas institucionais.

A produção desse saber assume ainda outra dimensão quando as próprias mães passam a sistematizar informações sobre a presença materna nas universidades. Moura (2026) identifica iniciativas de mapeamento de coletivos, construção de acervos, levantamentos sobre políticas de permanência, organização de seminários, colóquios, livros e e-books que discutem, de forma específica, a maternidade universitária. A autora discorre:

Regularmente, integrantes dos coletivos realizam levantamentos sistemáticos com o objetivo de produzir e compartilhar informações sobre o “universo materno-universitário”. Um exemplo é o Mapa de Coletivos [...] que apresenta, para além dos coletivos e grupos agregados ao Coletivo Nacional, a rede de conexões estabelecida com outros coletivos e grupos diversos em âmbito nacional. Também se destaca a Biblioteca Virtual do Núcleo Materna (composto por discentes mães da graduação e da pós de diversas universidades do Brasil), que reúne teses, dissertações, monografias, livros, notas técnicas e artigos sobre os estudos da maternidade em diferentes áreas do saber, consolidando um repositório coletivo de produção científica e política sobre o tema. Somam-se a essas iniciativas levantamentos extensos, como o *Atlas da Permanência Materna no ensino federal brasileiro* (2025), elaborado por mim e por Kamila Eulálio Abreu, que sistematiza as políticas de permanência materna instauradas, não instauradas e em andamento nas universidades federais do Brasil, oferecendo um panorama nacional sobre o reconhecimento institucional da maternidade no ensino superior. (Moura, 2026, p134)

Figura 1. Capas de Obras produzidas pelo Movimento Materno-Universitário brasileiro



Fonte: Núcleo Materna (www.nucleomaterna.org)

Nesse sentido, as práticas desenvolvidas pelos CMUs podem ser compreendidas como estratégias coletivas de permanência, onde o acolhimento entre pares, a construção de pertencimento, a circulação de informações, a produção de saber universitário, o mapeamento de políticas e a formulação de demandas podem esclarecer como esses grupos constituem formas articuladas de enfrentar os obstáculos que atravessam a experiência materna na universidade.

É justamente essa relação - entre aquilo que as mães constroem coletivamente e as condições oferecidas pela universidade para sua permanência - que conduz à questão discutida na seção seguinte: quem produz a permanência?

4. QUEM PRODUZ A PERMANÊNCIA? CAPILARIDADE, INCIDÊNCIA E DISPUTAS

As discussões analisadas até aqui permitem ampliar a pergunta sobre quem produz a permanência universitária. Se acolhimento, pertencimento, circulação de informações, produção de conhecimento e organização coletiva constituem estratégias pelas quais mães enfrentam as dificuldades encontradas em suas trajetórias, a expansão dessas práticas para além dos coletivos locais introduz outra dimensão do problema. A permanência deixa de aparecer somente como algo produzido nas relações entre estudantes e passa a constituir também objeto de disputa sobre as próprias condições institucionais que organizam a vida universitária.

Essa passagem se torna mais evidente quando os CMUs deixam de atuar apenas no interior de suas instituições e passam a se articular em redes interuniversitárias e nacionais. O mapeamento longitudinal realizado por Moura (2026) identificou 48 coletivos materno-universitários criados no Brasil entre 2010 e 2025, distribuídos pelas cinco regiões do país e vinculados a diferentes tipos de instituições de ensino superior. Mais importante do que sua expansão numérica, entretanto, é a transformação observada nas formas de articulação entre esses grupos. Se os primeiros coletivos estavam fortemente vinculados às demandas de suas próprias universidades, sobretudo a partir de 2018 a organização materno-universitária passa a adquirir maior densidade interinstitucional, com circulação de pautas, aproximação entre coletivos e consolidação progressiva de uma articulação nacional a partir do Facebook e grupo de Whatsapp do Coletivo Nacional de Mães na Universidade. A capilaridade produzida nesse processo deixa, portanto, passa a assumir caráter relacional e político (Moura, 2026).

A articulação digital encontrada por Moura ocupa posição central nesse processo de capilarização e incidência política organizada. Corrêa (2026), ao observar as estratégias construídas pelos movimentos materno-universitários no ciberespaço, demonstra que as redes possibilitam formas desterritorializadas de organização, por meio das quais mães vinculadas a diferentes universidades compartilham diagnósticos, produzem dados, coordenam mobilizações e ampliam a circulação de reivindicações. Como sintetiza a autora, essa dinâmica constitui “um mecanismo de organização coletiva e política em prol da produção de dados que fundamentem suas reivindicações, convertendo

pautas [...] em ações políticas organizadas” (Correa, 2026, p. 117). A autora denomina essas práticas estratégias ciberativistas de permanência-resistência e identifica, entre elas, a criação de espaços colaborativos on-line, a atuação coordenada em rede, a organização estruturada nos ambientes digitais, as redes de apoio e a ampliação territorial das pautas. A autora sinaliza que o ciberespaço não opera apenas como suporte comunicacional dos coletivos, ou seja, ele constitui uma infraestrutura através da qual experiências territorialmente dispersas podem adquirir coordenação política organizada nacional (Correa, 2026).

A essa capacidade de articulação modifica também a escala em que a permanência materna passa a ser reivindicada. Moura (2026) observa que, em um primeiro momento, muitas demandas dos coletivos eram encaminhadas às próprias universidades: creches, flexibilização de prazos, bolsas específicas, reconhecimento institucional da maternidade e outras condições relacionadas ao cuidado. A circulação dessas experiências na rede nacional, entretanto, produziu um diagnóstico comum: determinadas respostas não poderiam depender exclusivamente da capacidade de negociação de mães organizadas em cada instituição. A ausência de recursos, a desigualdade entre universidades e a recorrência dos mesmos problemas deslocaram progressivamente a pauta para o âmbito federal.

Esse deslocamento pode ser observado concretamente na articulação iniciada no âmbito do Coletivo Nacional de Mães na Universidade para a construção de uma política nacional de permanência materna. Em fevereiro de 2023, mães vinculadas a diferentes instituições começaram a elaborar coletivamente uma proposta a ser encaminhada ao poder público, ainda sem um canal formal de interlocução com o Ministério da Educação. A articulação, construída inicialmente de forma on-line, posteriormente alcançou instâncias federais e contribuiu para a constituição de espaços institucionais de discussão sobre parentalidade e permanência no ensino superior (Moura, 2026).

Moura (2026) identifica nesse processo a criação do Grupo de Trabalho de Parentalidade no âmbito do Ministério da Educação como uma materialização institucional de uma pauta cuja origem se encontra na mobilização de coletivos, associações e ativistas materno-universitárias. A participação de mulheres vinculadas a diferentes regiões e organizações ampliou posteriormente a articulação por meio dos Fóruns Regionais de Permanência Materna, organizados nas cinco regiões brasileiras para produzir diagnósticos sobre especificidades territoriais e convergências nacionais. Os dados produzidos nesses espaços passaram, então, a subsidiar a interlocução com o próprio GT federal.

Corrêa (2026) chega a resultado convergente ao analisar a criação desses fóruns como parte das estratégias ciberativistas desenvolvidas pelas mães universitárias. Para a autora, a participação de mulheres não necessariamente vinculadas a coletivos formalizados ampliou a visibilidade das pautas e

a capacidade de mobilização, fazendo com que uma rede originalmente constituída por grupos localizados passasse a operar em diferentes escalas de participação política.

Figura 2: Registro da Primeira reunião do GT realizada em 27 de janeiro de 2024



Fonte: Portal do Ministério da Educação

A produção de conhecimento discutida na seção anterior integra diretamente esse movimento de incidência. Mapeamentos, levantamentos de políticas, bancos de documentos e iniciativas como o *Atlas da Permanência Materna no Ensino Superior Federal Brasileiro* (Abreu; Moura, 2026) ou os documentos gerados a partir dos Fóruns Regionais de Mães Estudantes não possuem somente função informativa. Moura (2026) mostra que esses materiais são mobilizados para subsidiar negociações com reitorias, proposições normativas, manifestações públicas e interlocuções com conselhos universitários e instâncias governamentais. Conhecer quais universidades possuem determinada política, identificar ausências e registrar experiências já implementadas amplia o repertório disponível para reivindicar mudanças em outras instituições. A exemplo, os dados colhidos no Fórum Regional de Mães Estudantes foram amplamente utilizados na produção do primeiro documento federal sobre Educação e Materna, o Relatório do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras (MEC, 2026).

É nesse ponto que a pergunta sobre quem produz a permanência adquire outra espessura. As mães organizadas produzem, cotidianamente, parte das condições relacionais, informacionais e políticas que lhes permitem permanecer; mas sua ação coletiva também busca deslocar para as instituições e para o Estado a responsabilidade de reconhecer as condições do cuidado como parte

constitutiva das políticas universitárias. Há, portanto, uma diferença fundamental entre produzir estratégias para permanecer e disputar institucionalmente as condições da permanência. A primeira dimensão responde às necessidades imediatas das trajetórias; a segunda procura modificar as estruturas que fazem com que essas estratégias sejam continuamente necessárias.

Nesse movimento, o cuidado torna-se uma categoria política capaz de interrogar pressupostos historicamente naturalizados pela organização universitária. A disponibilidade temporal, a separação entre vida acadêmica e responsabilidades reprodutivas e a expectativa de que o estudante administre privadamente suas condições de permanência deixam de aparecer como características neutras do funcionamento institucional ao tornar públicas as consequências dessas regras sobre as trajetórias de mães universitárias. Nesse aspecto, a articulação nacional identificada por Moura (2026) e categorizada como Movimento Materno-universitário Brasileiro e as estratégias ciberativistas materno-feministas analisadas por Corrêa (2026) convergem: ambas mostram mães universitárias produzindo capacidade coletiva para transformar experiências de desigualdade em diagnósticos, diagnósticos em pautas e pautas em incidência institucional. Ou seja, os resultados da pesquisa de Moura e de Correa demonstram que os CMUs tensionam um doxa universitário, que toma como universal uma experiência estudantil desvinculada do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença das mães no ensino superior permite observar uma das contradições constitutivas dos processos recentes de democratização educacional no Brasil. A ampliação do acesso modificou quem pode chegar à universidade, mas não transformou, na mesma medida, as condições pelas quais diferentes sujeitos podem habitá-la. É nesse descompasso que as discussões apresentadas nesse artigo demonstram como a permanência passa a revelar mecanismos cotidianos de produção das desigualdades de uma universidade que não se preparou para receber os novos sujeitos ingressos a partir de sua democratização.

Nessa perspectiva, as trajetórias das mães universitárias e a emergência dos coletivos materno-universitários, assim como o surgimento do Movimento Materno-universitário Brasileiro, tornam essa questão sociologicamente ainda mais relevante porque introduzem agência onde poderia ser observada apenas reprodução. A passagem da experiência individual, da maternidade como âmbito privado, à produção de diagnósticos, e destes à formulação de demandas e à incidência política institucional, mostra que as instituições educacionais não são apenas lugares onde desigualdades se reproduzem,

mas também arenas nas quais seus significados e suas regras podem ser tensionados. A universidade foi, e continua sendo, uma instituição em plena metamorfose

Nesse sentido o movimento dos CMUs coloca o cuidado no centro de uma questão propriamente educacional. Ao tornar visíveis as responsabilidades reprodutivas que a universidade historicamente tratou como externas à vida acadêmica, as mães universitárias interrogam uma organização institucional fundada na ficção de um estudante integralmente disponível. Com isso, deslocam também os termos pelos quais mérito, participação, excelência e pertencimento são reconhecidos. A disputa pela permanência materna é, portanto, uma disputa sobre a própria instituição: sobre aquilo que ela considera legítimo incorporar, sobre quais diferenças consegue reconhecer sem convertê-las em desvantagem e sobre quais sujeitos podem ser plenamente reconhecidos como parte de sua comunidade acadêmica.

Se as instituições educacionais participam da reprodução das desigualdades, as experiências analisadas aqui mostram que elas também permanecem abertas ao conflito, à negociação e à transformação. Entre entrar e pertencer existe, portanto, um terreno profundamente político. É nesse terreno que os coletivos materno-universitários atuam - e é nele que a democratização do ensino superior ainda permanece em disputa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Kamila Eulalio. *Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência*. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABREU, Kamila Eulalio. *Políticas de permanência no ensino superior: qual o lugar da mãe estudante na pós-graduação?* 2025. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

ABREU, Kamila Eulalio; MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza (org.). *Atlas da permanência materna no ensino superior federal brasileiro: um levantamento nacional sobre políticas institucionais para estudantes mães*. Rio de Janeiro: Ed. das Autoras, 2026. (Atlas da Permanência Materna no Ensino Superior, v. 1).

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre et al. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 481-486.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026.

CORRÊA, Mithaly Salgado. *Movimentos materno-universitários em tempos de cibercultura: estratégias ciberativistas de permanência-resistência às institucionalidades acadêmicas*. 2026. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (org.). *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Educação; Ação Educativa, 2023. E-book.

MENDES, Maíra Tavares. Crítica ao conceito de afiliação de Alain Coulon: implicações para a permanência estudantil. *Educação em Revista*, v. 36, e232346, 2020.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. *Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe estudante no ensino superior*. 2024. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. *Coletivos materno-universitários e a construção da visibilidade política da maternidade no ensino superior*. 2026. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

SILVA, Juliana Marcia Santos. *Mães adolescentes negras na UFBA: as interseções entre maternidade, raça, trabalho e ensino*. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Juliana Marcia Santos. *Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, Juliana Marcia Santos. “*A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar*”: coletivos de mães universitárias do estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante*. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sonia Maria Rocha (org.). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145-168.

ZAGO, P. S. C. *Gravidez na graduação: um estudo crítico e necessário com estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados está disponível no repositório da Biblioteca da PUC-Rio/Plataforma Maxwell.

FINANCIAMENTO:

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOSAUTORES/AS:

Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura: Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Curadoria de Dados, Redação – Rascunho original, Redação – Revisão e Edição. A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara não possuir conflito de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DA AUTORA: Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura é Pedagoga e Socióloga, Mestra em Serviço Social e Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora do Núcleo Virtual de Pesquisa sobre Gênero e Maternidade (Núcleo Materna).

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Utilizou-se o ChatGPT (OpenAI) como ferramenta auxiliar na revisão linguística, tradução e revisão linguística do Abstract, organização de citação e revisão da norma ABNT. A análise, interpretação, argumentos, dados e conteúdo final são de responsabilidade exclusiva da autora.

DECLARAÇÃO SOBRE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Declara-se que a presente pesquisa não envolveu a participação direta de seres humanos, tendo sido desenvolvida exclusivamente a partir de análise de dados diretamente documentais e informações publicadas em periódicos e de domínio público. Dessa forma, não houve coleta de dados diretamente com participantes, aplicação de instrumentos de pesquisa ou realização de entrevistas. Em razão dessas características e conforme as normativas éticas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, não se fez necessária a submissão de estudos ao Comitê de Ética em pesquisa.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.